



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

3ª CÂMARA CÍVEL – RECURSO DE AGRAVO N.º 0174289-0/01

RECORRENTE: UNIMED GUARARAPES – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

RECORRIDA: EVA MARIA DE LIMA ALVES

RELATOR: DESEMBARGADOR MILTON JOSÉ NEVES

ACÓRDÃO N.º 134/2010

EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO TERMINATIVA PROFERIDA EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE. INTEMPESTIVIDADE. MANUTENÇÃO DA DECISÃO VERGASTADA. APLICAÇÃO DOS ARTIGOS 527, I, E 557, AMBOS DO CPC. RECURSO DE AGRAVO NÃO PROVIDO.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que figuram as partes acima relacionadas, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da **Terceira Câmara Cível** do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na forma do relatório e votos constantes das notas taquigráficas a seguir, *por unanimidade, em negar provimento ao recurso de agravo, nos termos do voto proferido pelo Desembargador Relator.*

Recife, 18 de maio de 2010.


Des. Milton José Neves
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

093
37

3ª CÂMARA CÍVEL – RECURSO DE AGRAVO N.º 0174289-0/01

RECORRENTE: UNIMED GUARARAPES – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

RECORRIDA: EVA MARIA DE LIMA ALVES

RELATOR: DESEMBARGADOR MILTON JOSÉ NEVES

RELATÓRIO

Cuida-se de recurso de agravo interposto contra decisão terminativa por mim proferida, que negou seguimento ao agravo de instrumento interposto pelo ora recorrente.

Em suas razões recursais, alega o recorrente que o *decisum* atacado não se trata de despacho de mero expediente, porquanto aplica multa por suposto descumprimento de liminar. Outrossim, aduz que o agravo de instrumento interposto contém todos os documentos necessários ao deslinde da questão, pelo que pleiteia o provimento do presente agravo.

Não me vali do juízo de retratabilidade. Submeto à Câmara as razões contidas no próprio *decisum* impugnado.

É o relatório.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

VOTO

Ementa: Direito Civil e Processual Civil. Recurso de agravo interposto contra decisão terminativa proferida em agravo de instrumento. Despacho de mero expediente. Intempestividade. Manutenção da decisão vergastada. Aplicação dos artigos 527, I, e 557, ambos do CPC. Recurso de agravo não provido.

Eis o teor da decisão por mim proferida:

Cuidam os autos de agravo de instrumento interposto à iniciativa da empresa UNIMED GUARARAPES - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO em face de decisão proferida pelo Excelentíssimo Juiz de Direito da 5.ª Vara Cível da Comarca de Cabo de Santo Agostinho, que, nos domínios da ação ordinária proposta pela agravada tombada sob o n.º 210.2008.003447-7, determinou a intimação da ré, ora agravante, para, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, cumprir medida liminar no sentido de autorizar o procedimento cirúrgico pleiteado na inicial, bem como fornecer os materiais solicitados pelo médico responsável, sob pena de multa diária no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Assevera a agravante não ter se recusado a autorizar o tratamento, havendo negativa apenas no que concerne ao fornecimento dos materiais indicados pelo médico, o qual solicitou materiais importados, de elevado valor, quando existe similares no mercado de custo bastante inferior, e que satisfazem os mesmos fins.

Pede a concessão de liminar, a que suspensos os efeitos da decisão vergastada. No mérito, o provimento do presente recurso.

Esses os aspectos a relatar.

Constitui-se a tempestividade num dos pressupostos objetivos à admissibilidade dos recursos processuais, motivo por que, esgotado o prazo assinado por lei a esse propósito, o qual – frise-se – porta natureza peremptória, define-se precluso o direito de recorrer. E, por consequência, eventual inconformação vinda aos autos em data posterior ao termo final do prazo não merecerá seguimento.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Nêves

095 39

No diapasão, considerando que o protocolo alusivo a este agravo de instrumento somente ocorreu em 25 de agosto de 2008 (fl. 02), vislumbro-o extemporâneo, e, pois, impróprio o respectivo seguimento processual, tornando-se oportuna, in casu, a declaração de intempestividade por meio de decisão monocrática, conforme as disposições contidas nos artigos 557 caput do Código de Processo Civil brasileiro e 74, inciso VIII, do Regimento Interno desta Corte de Justiça. Explico:

O despacho de fl. 33, objeto do presente agravo de instrumento, constitui ato de mero expediente, não comportando recurso, tendo em vista que apenas reitera determinações judiciais anteriores, advindas de decisões já proferidas pelo Juízo a quo, constantes das fls. 51/52 e 64.

Essas decisões, por sua vez, são passíveis de recurso, posto que o agravante combate o seu conteúdo: na decisão de fls. 51/52, o magistrado entendeu pela concessão da tutela antecipada pleiteada na inicial, determinando o seu imediato cumprimento; já no decisum de fl. 64, houve a fixação de multa diária para o caso de não cumprimento da ordem anterior.

Inclusive, a certidão de intimação expedida pelo chefe de secretaria, acostada à fl. 35, não faz alusão às decisões agraváveis.

Ademais, cumpre-me ainda registrar que, em conformidade com as disposições contidas no artigo 525, inciso I, do Código de Processo Civil, "A petição de agravo de instrumento será instruída: obrigatoriamente, com cópias da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado".

No entanto, esses documentos não raro afiguram-se insuficientes ao desate das questões controvertidas e suscitadas no agravo. Por essa razão, o inciso II do artigo 525 do Código de Processo Civil permite ao agravante formar o instrumento com outras peças, que não as obrigatórias, mas necessárias ao exato conhecimento das questões discutidas. Não subindo os autos principais à Corte Recursal, cabe ao recorrente, em prol de seu interesse, o traslado de outros documentos constantes do processo, de modo a propiciar o exame do pedido, mormente quando a autoridade judiciária a eles se reporte na decisão recorrida.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

Não é outra a lição do eminente processualista Nelson Nery Júnior, ao comentar o art. 525, inciso II, do Código de Processo Civil:

"A juntada das peças facultativas também está a cargo da parte, incumbindo-lhe juntar aquelas que entenda importantes para o deslinde da questão objeto do agravo, ainda que seja de documento novo, que não conste dos autos. Caso não seja possível ao tribunal compreender a controvérsia, por ausência de peça de juntada facultativa, o agravo não deverá ser conhecido, por irregularidade formal". (Nery Júnior, Nelson. Código de Processo Civil Comentado. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, p. 1028)

Examinando alentadamente os autos, vislumbro que o presente recurso não se apresenta devidamente instrumentalizado. Isso porque a minuta do agravo não trouxe todos os documentos que instruíram a inicial, notadamente, a relação de materiais requisitados pelo médico cooperado e que foram deferidos em sede de antecipação de tutela.

Desse modo, os referidos documentos tornam-se imprescindíveis à avaliação dos fatos relatados neste instrumento, eis que viabilizaria a análise completa dos termos e fundamentos do julgado que deferiu a liminar contra a qual, atualmente, se insurge a agravante.

Pela conveniência com que se apresentam ao caso sub judice, cabível a referência aos decisórios adiante expostos:

"O agravo de instrumento deve ser instruído com as peças obrigatórias e também com as necessárias ao exato conhecimento das questões discutidas. A falta de qualquer uma delas autoriza o relator a negar seguimento ao agravo ou a Turma julgadora concluir pelo não conhecimento dele". (IX ETAB, 3.ª conclusão; maioria) – grifos acrescentados

"O inciso I especifica as peças obrigatórias. Mas existem, ainda, peças necessárias, a saber, as mencionadas pelas peças obrigatórias e todas aquelas sem as quais não seja possível a correta apreciação da controvérsia; a sua falta, no instrumento, acarreta o não conhecimento do recurso, por instrução deficiente". (RT 736/304, JTJ 182/211, apud Código de Processo Civil, Theotônio Negrão, coment. 4 ao art. 525) – grifos acrescentados



087 41

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

Em face de todo o exposto, diviso negar seguimento ao recurso, a teor das disposições contidas nos artigos 525, inciso II, e 557, caput, do Código de Processo Civil brasileiro, c/c as do 74, inciso VIII, do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça.

Diviso que a matéria ora discutida encontra-se bem delineada no julgamento monocrático acima transcrito, pelo que o reputo suficiente para justificar o meu entendimento perante este Colegiado.

Assim, meu voto é no sentido de manter o *decisum* recorrido em todos os seus termos, negando provimento ao recurso de agravo.